

Augusto P. Celestino da Costa (1884-1956)

O apostolado laico da Ciência

Tiago Brandão (IHC, FCSH-UNL)

Resumo

Formado em Medicina pela Escola Médica de Lisboa em 1905, acompanhado e orientado por Marck Athias, Augusto Pires Celestino da Costa (n. 16.04.1884 – † 26.03.1956) dedicou uma vida à investigação científica e a *pensar a política e a organização da ciência* em Portugal. Completou a formação em Berlim, entre 1906 e 1908, assumindo depois a cadeira de Histologia e Embriologia, por altura da criação da Faculdade de Medicina de Lisboa durante a reforma republicana de 1911. Desde cedo se envolveu numa autêntica 'cruzada' pela organização da ciência em Portugal, nomeadamente defendendo a criação de uma entidade que promovesse e apoiasse a investigação científica em Portugal. Mas o seu papel enquanto *ator da política científica* portuguesa aprofundou-se a partir de 1929, quando assumiu a vice-presidência da secção de Ciências da Junta de Educação Nacional (JEN) e, em 1934, quando foi nomeado presidente da Comissão Executiva da JEN, tendo sido ainda o primeiro presidente do Instituto para a Alta Cultura, em 1936. Em 1947 viria a ser temporariamente afastado do ensino, em sequência da vaga de depurações académicas levadas a cabo pelo Estado Novo. A partir dessa altura dedicou quase toda a sua atenção à atividade científica, mantendo-se afastado de funções públicas de maior relevo. Contudo, no início da década de 50 dirigiu ainda o Instituto de Investigações Endocrinológicas do IAC.

Figura excepcional, no sentido de que encarna quase na perfeição a imagem demiurga de uma primeira geração de 'homens de ciência', com ativa intervenção pública numa lógica clara de administradores de ciência, Augusto P. Celestino da Costa teve uma ação marcante durante a primeira metade do século XX, sobretudo em Portugal – embora tenha de facto contactado com as principais figuras da ciência na sua época, da Espanha regeneracionista da geração de Santiago Ramón y Cajal, à França de Jean Perrin, circulando até aos Estados Unidos, onde manteve estreitos contactos com a Fundação Rockefeller, e igualmente visitando por diversas vezes inúmeras capitais da América Latina. Celestino da Costa, além de cientista e fundador de uma escola portuguesa de investigação (histofisiologia), foi simultaneamente o apóstolo, o embaixador e reformador da Ciência portuguesa na primeira metade do século XX. E foi um 'gestor' reformador, pelo entendimento de que era preciso reformar e implementar políticas de organização da ciência.

De facto, Celestino da Costa além de ter sido um cientista, e um cientista que fez escola – sendo por isso frequentemente recordado pelos seus discípulos. (Morato 1985, 367; David-Ferreira 1985) –, desempenhou um papel relevante enquanto *gestor e administrador* da Ciência portuguesa, durante os anos de 1920 a 1940, servindo enquanto ator da política científica em diversas instituições científicas

portuguesas. Não sendo Celestino da Costa ainda o burocrata da ciência, esteve direta e ativamente envolvido na administração pública da ciência portuguesa, sobretudo a partir do momento que visitou Madrid em 1916 (*vide* Costa 1951, 198; Costa 1918), envolvendo-se desde então, em conjunto com um grupo de individualidades da chamada ‘geração de 1910’ e sobretudo da ‘geração médica de 1911’, na promoção da ideia de se criar um órgão nacional de política científica, o que viria a suceder com a criação da Junta de Educação Nacional, em 1929.

Por um lado, cedo defendeu, num ciclo de conferências em Abril de 1918, a criação de um organismo semelhante à *Junta para Ampliación de Estudios y Investigaciones Científicas*, organismo espanhol de apoio à investigação científica criado em 1907. Esteve, portanto, Celestino da Costa no seio de uma história de antecedentes que conduziram à criação da Junta de Educação Nacional em 1929. Por outro lado, no contexto da sua ação no seio de organismos como a Junta de Educação Nacional e o Instituto para a Alta Cultura, deixou-nos ainda importantes documentos que são preciosas peças de política científica, em que se abordam questões como a atribuição de bolsas de investigação – para aperfeiçoamento de vocações científicas nacionais no estrangeiro –, a criação de uma carreira de investigador – independente, do ponto de vista administrativo e científico, da carreira académica –, a modernização dos laboratórios, institutos e centros de investigação – do ponto de vista da infraestrutura e respetivos meios à disposição dos investigadores – ou ainda, dentre estes e outros temas da maior atualidade, as reflexões sobre articulação do ensino superior com a investigação científica – perseguindo o mito de uma universidade de ciência à imagem do modelo alemão. Em suma, no âmbito de uma história das políticas de ciência em Portugal, pode dizer-se que o papel de Celestino da Costa foi pioneiro.

Textos de Apoio

- COSTA, Augusto P. Celestino da, [1918]. *A Universidade Portuguesa e o problema da sua reforma. Conferências feitas em 19 e 22 de Abril de 1918 a convite da Federação Académica de Lisboa*, Tip. ‘Renascença Portuguesa’, Porto, [s. d.].
- COSTA, Augusto Celestino da, 1930. *Relatório do Vice-Presidente do ramo de ciência, Prof. A. Celestino da Costa, sobre as necessidades da investigação científica em Portugal*. Junta de Educação Nacional, Lisboa.
- COSTA, Augusto P. Celestino da, 1939. *O problema da investigação científica em Portugal, Relatório apresentado pelo Presidente do Instituto para a Alta Cultura, Prof. Dr. A. Celestino da Costa e aprovado na reunião da Direcção de 16 de Julho de 1938*. Oficina Atlântica, Coimbra.
- COSTA, Augusto P. Celestino da, 1951. *Fomento e Organização da Investigação Científica. O caso Português*, Separata de “Ciência e Cultura”, Vol. III, n.º 3, Setembro.